

Comunicado aos Titulares

OS INTERESSES QUE SE ESCONDEM POR TRÁS DA CPI DO ECAD

No último dia 26 de abril foi votado o relatório final da CPI contra o Ecad, liderada pelos senadores Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Lindbergh Farias (PT-RJ). Após meses de supostas investigações, sem maiores surpresas, o relatório apresentou inúmeros erros conceituais em relação ao trabalho do Ecad e recomendou o indiciamento de alguns dirigentes das associações (alguns destes que nem sequer foram ouvidos na CPI) e da superintendente do Ecad, dando destaque às acusações infundadas de alguns críticos e interessados em denegrir o atual sistema de gestão coletiva. Apesar de politicamente inexpressiva e esvaziada, inclusive funcionando várias vezes sem *quórum* regimental, a CPI trabalhou também com o apoio de usuários inadimplentes e de uma imprensa especificamente interessada, cujos veículos, muitas vezes, tinham interesses próprios.

É fato que por trás desta CPI encontram-se interesses diversos, inclusive de poderosos grupos de comunicação, que querem flexibilizar os direitos autorais tão duramente conquistados ao longo das últimas décadas por compositores e artistas.

Mas quais são os interesses que se escondem por trás desta CPI que propõe profundas mudanças no sistema brasileiro de gestão coletiva musical?

Considerando todos os acontecimentos da CPI e tendo em vista o compromisso legal, ético e moral, desprovido de viés político e, em respeito à classe artística, aos usuários de música e à sociedade, esclarecemos o que se faz necessário:

- ◆ O Ecad e as Associações colaboraram de forma incontestável com todo o andamento da CPI, desde seu início, inclusive, convidando por diversas vezes os senadores a conhecerem a estrutura do Ecad, sua organização, funcionamento e *modus operandi*, o que infelizmente não ocorreu por falta de interesse;
- ◆ A CPI, em seu relatório final, interpreta de forma obscura, direcionada e confusa diversas questões pontuais com o objetivo de transmitir uma imagem equivocada do Ecad e das associações à sociedade. **Fica claro e evidente o intuito de enfraquecer o sistema de gestão atual e não de se discutir seriamente a questão.** Os Senadores, por diversas vezes, foram alertados pelos depoentes das Associações e do próprio Ecad sobre o problema sério de inadimplência existente no nosso país, que causa inúmeros prejuízos a todos os artistas e detentores destes direitos, além de questões como a pirataria, a cópia privada e a falta de incentivo fiscal para a cultura. Mas em momento algum demonstraram vontade de discutir questões dessa natureza e nem fizeram menção de cobrar das instituições inadimplentes que estas cumpram a lei e paguem pelos direitos autorais;
- ◆ A CPI insistiu em usar a questão jurídica que envolve o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e o Ecad como uma de suas principais forças de acusação contra o atual sistema de gestão coletiva, e ignorou posicionamento do próprio **Ministério Público Federal, que já havia emitido parecer contrário à alegação de formação de cartel**, decidindo que a defesa/cobrança de direitos autorais não consiste em prática comercial, não sendo, portanto, caracterizada como atentado à ordem econômica. Ressalte-se ainda que, nos idos de 1995, o Cade reconheceu que o Ecad e as Associações não praticavam cartel, na mesma direção das decisões do Superior Tribunal de Justiça. De lá para cá, não houve qualquer alteração na maneira dessas instituições atuarem e seria, portanto, injustificada e incoerente qualquer mudança de posição por parte do Cade;

Comunicado aos Titulares

- ◆ O relatório da CPI propõe a criação de um órgão fiscalizador que deveria estar subordinado ao Ministério da Justiça, sob a discutível alegação de que o Ministério da Cultura seria economicamente menos expressivo que o Ecad. Não informa, porém, que é **no Ministério da Justiça que estão alocados**, atualmente, **os antigos opositores** do sistema de gestão coletiva musical e do Ecad **que faziam parte do Ministério da Cultura nas gestões que antecederam a atual, célebres por propor ações para flexibilização dos direitos autorais**, sob a bandeira da necessidade de se modernizar a lei autoral no Brasil e dar à população maior acesso à cultura;
- ◆ A CPI propõe profundas mudanças no sistema brasileiro de gestão coletiva musical, porém, muitas dessas mudanças **defendem e garantem os interesses de grandes usuários de música, como as TVs abertas e TVs por assinatura**, cuja inadimplência em 2011 chegou a 70% e 98%, respectivamente. Juntos, **esses usuários devem mais de 1 bilhão de reais aos autores de músicas**. Curiosamente, a CPI contra o Ecad foi instalada paralelamente à maciça campanha difamatória promovida pelo jornal O Globo e pela ABTA (Associação Brasileira de TV por Assinatura), justamente quando o Ecad defende no Judiciário os direitos dos titulares contra a recusa de grandes redes de comunicação como Globo, TVA, Net, Sky, entre outras, de pagar o preço estabelecido para remuneração dos autores e demais titulares.

Por tudo isso, fica explícito que, mais uma vez, **instaurou-se uma CPI dos devedores contra o credor**.

O **Ecad e as Associações esclarecem que não são contrários a qualquer tipo de fiscalização**, desde que ela seja técnica, sem viés político ou econômico e que este órgão fiscalizador não atue na defesa dos interesses e vaidades de poucos. Não podemos admitir que se confira ao Estado o poder de interferir na gestão de bens privados, pois, de acordo com a Constituição Brasileira (art. 5º), somente aos autores é garantido o poder e o direito de autorizar ou proibir a utilização de suas criações, assim como fixar o preço pelas suas obras intelectuais.

Continuaremos a defender com paixão, comprometimento e profissionalismo a classe artística de todo o país, dentro dos princípios que norteiam a legalidade do sistema de gestão coletiva do Brasil. **O que está em jogo é o direito de milhares de titulares de música de receberem pelo seu trabalho**, sem interferência do Estado ou de grandes grupos poderosos de usuários de música.

Cordialmente,

